





EU ELREY. Faço saber aos que este Alvará de declaração virem, que tendo certa informação de que depois da publicação do outro Alvará de 21 de Junho de 1766, em que reprovei o absurdo, com que as Apolices das Companhias Geraes do Graão Pará, e Maranhão, da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, e de Pernambuco, e Paraíba, se tinham pertendido julgar Bens da terceira especie, reduzindo-as assim contra a sua mesma natureza á Classe das Acçoens, ou das dividas particulares, se foram introduzindo outros abuzos tão contrarios ás Minhas Reaes intençoens, e ao credito das ditas Companhias; como foram: Primeiro: o de se introduzirem suggestoens capciozas no espirito daquelles dos interessados nas ditas Apolices, nos quaes se julgava menos intelligencia, e mais necessidade; persuadindo-se-lhes faltas de meios nas Companhias, em que tinhaõ os seus respectivos interesses, para lhes pagarem os dividendos dellas; ao fim de lhes extorquirem com esta fraude as sobreditas Apolices com lezivos rebates: Segundo: o de publicarem nas Praças por huma parte os ditos rebates aquelles, que os faziam com fraude da referida Lei; e de hirem pela outra parte obrigar os Mercadores Estrangeiros, com quem tinham contas, a que lhes recebessem as mesmas Apolices assim compradas com grande diminuição do seu justo valor pela totalidade da importância dellas; de sorte, que para comprarem as referidas Acçoens eram estas de inferior reputação; e para depois as venderem as faziam julgar de credito inteiro; com huma contradicção manifesta, e com hum discredito notorio das sobreditas Companhias; fazendo-as assim odiozas. E querendo Eu como Protector, que dellas Sou, pelas suas Instituições, arrancar de huma vez pelas raizes as sobreditas fraudes, e os prejuizos, e odiozidades, que dellas se tem seguido: Declaro por inteiramente contrarios ás Minhas Reaes intençoens os sobreditos rebates; ordenando, como ordeno, que todas as pessoas, que comprarem as Apolices de qualquer das referidas Companhias

por menos valor do que ellas tiverem nos seus respectivos Livros; segundo o estado actual dos seus fundos ao tempo dos Contractos, percam pela primeira vez o dobro do mesmo valor actual das Acçoens compradas; ametade para os que descobrirem os ditos rebates fraudulentos; e a outra ametade para as despesas da Companhia com elles injuriada no seu credito: E que pela segunda vez, além de pagarem quatropeado o mesmo valor, sejam castigadas com as penas, que pelas Minhas Leis se acham estabelecidas contra os usurarios. E attendendo tambem por huma parte as razoes, que podem impedir para entrarem nas mesmas Companhias os Negociantes das Naçoens Estrangeiras, que sem estabelecerem naturalidade, ou domicilio, residem, ou residirem nas Praças de Lisboa, ou do Porto, sómente por cauza do seu commercio; e pela outra parte, a que ferialia muito contrario ao credito das mesmas Companhias serem directa, ou indirectamente obrigados a entrarem nelas os ditos Negociantes Estrangeiros: Ordeno, que estes não possam ser constangidos em Juizo, ou fóra d'elle a receberem as sobreditas Apolices contra as suas vontades em pagamento das dividas, a que forem crédores, debaixo das penas da nullidade dos Actos, e da suspensão dos Ministros, e Officiaes, que para elles concorrerem.

E este se cumprirá tão inteiramente, como nelle se contém, sem dúvida ou embargo algum. Pelo que Mando á Meza do Desembargo do Paço, Régedor da Casa da Supplicação, ou quem seu cargo servir, Conselho da Fazenda, e do Ultramar, Meza da Consciência, e Ordens, Senado da Camera, Governador da Relação, e Casa do Porto, Junta do Commercio destes Reinos, e seus Dominios, Desembargadores, Corregedores, Juizes, Justicas, e Officiaes delles, a quem o conhecimento deste pertencer, o cumpram, e guardem, e o façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nelle se contém, sem dúvida, ou embargo algum; não obstante quaesquer Leis, Regimentos, Decretos, e quaesquer outras Disposições, ou costumes contrarios, que Hei por bem derogar para este effecto sómente; ficando aliás sempre em seu vigor. E para que

venha á noticia de todos , Mando ao Doutor Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira , do Meu Conselho , Desembargador do Paço , e Chanceller mór destes Meus Reinos , que o faça publicar na Chancellaria , e enviar por Copias impressas a todos os Tribunaes , Ministros , e mais Pessoas , que o devem executar : Registando-se em todos os lugares , onde se costumam registrar semelhantes Leis : E mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda , em trinta de Agosto de mil setecentos sessenta e oito.

REY

Conde de Oeyras.

Alvará , por que Vossa Magestade ha por bem declarar o outro Alvará de vinte e hum de Junho de mil setecentos sessenta e seis : Estabelecendo as penas , com que devem ser punidas as pessoas , que comprarem Apolices das Companhias Geraes do Graão Pará , e Maranhão , da Agricultura das Vinhas do Alto Douro , e de Pernambuco , e Paraíba , por menos do valor , que ellas tiverem nos seus respectivos Livros , segundo o estado actual dos seus fundos ao tempo dos Contractos : E ordenando , que os Negociantes Estrangeiros não possam ser constrangidos em Juizo , e fóra d'elle , a receberem as sobreditas Apolices contra as suas vontades em pagamento das dividas , a que forem crédores : Tudo na fôrma assima declarada.

Para V. Magestade ver.

Antonio Domingues do Passo o fez.

Re-

CB
P8539
1768

71-246-27
Wormser
Oct 70

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino a fol. 108. vers. do Livro II. das Cartas, e Alvarás, e Patentes. Nossa Senhora da Ajuda, a 31 de Agosto de 1768.

Joseph Leitgeb.

Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira.

Foi publicado este Alvará de Declaração na Chancellaria Mór da Corte, e Reino. Lisboa, o primeiro de Setembro de 1768.

D. Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria Mór da Corte, e Reino no Livro das Leis a fol. 189. Lisboa, o primeiro de Setembro de 1768.

Antonio Jozé de Moura.

Impresso na Officina de Miguel Rodrigues.

